



Políticas culturais na América Latina

uma abordagem teórico-conceitual¹

Renata Rocha²

-
- 1 Este artigo consiste em uma versão revista e aperfeiçoada do texto *Políticas culturais na América Latina: uma abordagem conceitual* apresentada no VII Seminário Internacional de Políticas Culturais, promovido pela Fundação Casa de Rui Barbosa em maio de 2016, e é um dos produtos da investigação realizada no âmbito do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
 - 2 Professora da Faculdade de Comunicação da UFBA. Vice-coordenadora do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura - UFBA. Pós-doutora em Políticas Culturais pela UFBA e doutora em Cultura e Sociedade pela mesma universidade. Email: renataprocha@gmail.com

RESUMO

A partir da segunda metade do século XX, as políticas culturais têm adquirido relevância na agenda internacional, tornando-se alvo de investigações em distintas áreas. Existem poucos estudos sobre a temática, porém, priorizam a reflexão teórica e conceitual. Diante desta constatação, propõe-se debater as origens do campo teórico das políticas culturais, no âmbito latino-americano, enfocando as duas principais abordagens conceituais, então identificadas: a formalista e a crítica. Pressupõe-se que a revisão destas contribuições representa um importante passo em busca de uma delimitação operacional e, ao mesmo tempo, crítica das políticas culturais.

Palavras-chave: *Políticas culturais. Teoria. Conceito. América Latina.*

ABSTRACT

Since the second half of the XX century, cultural policies have gained importance internationally and, for this reason, have been the emphasis of a number of studies in a variety of areas. However, limited research on the subject have focused on its theoretical and conceptual aspects. This review discusses the theoretical backgrounds of the study of cultural policies in Latin American. Two main conceptual approaches identified are examined: formalist and critical. In conclusion, a conceptual and theoretical analysis may represent a step toward an operational and critical delimitation of cultural policies.

Keywords: *Cultural policies. Theory. Concepts. Latin America.*

POLÍTICAS CULTURAIS: CONFUSÃO TERMINOLÓGICA E FRAGMENTAÇÃO DISCURSIVA

Quais são os aspectos constitutivos do campo teórico que se debruçam sobre as políticas culturais? Em que pese a expansão das reflexões acadêmicas e das incursões e iniciativas de organismos públicos e privados neste setor desde a segunda metade do século XX, ainda hoje são poucas as abordagens que se dedicam a constituir e delimitar os conceitos, objetos de estudo e métodos de pesquisa que consigam dar conta desta complexa temática.

No Brasil, assim como na América Latina, as investigações sobre as políticas culturais se caracterizam pela dispersão disciplinar e pela proeminência de análises empíricas de experimentos em períodos, temáticas e espaços específicos (RUBIM, 2007). A esse respeito, a teórica colombiana Ana Maria Ochoa Gautier (2003, p. 65-66, tradução nossa) ressalta que a presença de

[...]...confusão terminológica, de fragmentação discursiva, de dispersão escritural e de sentidos, não é apenas um produto das diferentes práticas às quais a noção de

política cultural remete, mas parte constitutiva do campo na atualidade.³

Inicialmente, as reflexões que privilegiam aspectos teóricos e conceituais em um campo multi/interdisciplinar devem considerar a impossibilidade de cobrir todos os clássicos, períodos e séculos, bem como todas as teorias utilizadas pelos principais autores. Como alternativa metodológica a este impasse, a pesquisadora holandesa Mieke Bal (2009), ao se dedicar à análise e crítica cultural, propõe a ênfase nos conceitos. Não se trata de abandonar o rigor, mas de se mitigar a divisão disciplinar, considerando os termos utilizados a partir do seu caráter intersubjetivo, visto que

[...] estar de acordo não quer dizer estar de acordo com o conteúdo, mas estar de acordo com as normas básicas do jogo: se você utiliza um conceito, sua utilização se dará de uma certa maneira para que sua divergência em relação ao conteúdo tenha sentido.⁴ (BAL, 2009, p.23, tradução nossa)

Os contextos, os marcos e as concepções teóricas que sustentam e envolvem as noções também devem ser considerados, pois tornam possível a problematização e identificação de seus pressupostos e consequências teóricas.

No já clássico artigo “Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latino-americano” do livro *Políticas Culturales en America Latina*, o antropólogo Néstor García Canclini (1987) propõe uma caracterização dos estudos e pesquisas sobre as políticas culturais. O autor distingue cinco movimentos nas últimas décadas do século passado que representam avanços nessa área de estudos, são eles:

-
- 3 “[...] *confusión terminológica, de fragmentación discursiva, de dispersión escritural y de sentidos, no es sólo un producto de las diferentes prácticas a las que remite la noción de política cultural, sino parte constitutiva del campo en la actualidad.*”
 - 4 “[...] *estar de acuerdo no quiere decir estar de acuerdo con el contenido, sino estar de acuerdo con las normas básicas del juego: si utilizas un concepto, lo estarás utilizando de una cierta manera para que tu discrepancia respecto al contenido tenga sentido.*”

a) o deslocamento das descrições burocráticas para a conceituação crítica; b) das cronologias e discursos à pesquisa empírica; c) das políticas governamentais aos movimentos sociais; d) das investigações nacionais à pesquisa internacional; e) da documentação sobre o passado à análise crítica e o planejamento. Conforme veremos, a produção intelectual sobre as políticas culturais, em seu período inicial, enfatiza sobremaneira os aspectos burocrático-instrumentais. Com base nesses pressupostos, realizamos um breve itinerário através de algumas das principais reflexões que se dedicaram a elaborar uma definição rigorosa de políticas culturais no contexto latino-americano. Embora a análise dos processos históricos da *práxis* das políticas culturais não seja o foco deste texto, os estudos realizados acerca desta temática possuem como objeto privilegiado formulações e práticas políticas realizadas em espaços e contextos específicos, de modo que sofrem fortes influências da conjuntura histórica, política e social do território onde se desenvolvem.

MOVIMENTOS PRECURSORES DA INSTITUIÇÃO DE UM CAMPO DE ESTUDOS

Não obstante, a inegável afinidade e interpenetração entre as esferas da cultura e da política ao longo da história da humanidade, diversos autores convergem em situar o surgimento das políticas culturais no século XX, a partir da assunção de novas modalidades de relações entre política e cultura. Ainda que bastante distintos entre si, Xan Bouzada Fernández (2007), Raymond Williams (2011) e Albino Rubim (2012) caracterizam como momentos emblemáticos do processo de nascimento das políticas culturais: o surgimento das missões pedagógicas e centros de cultura da República Espanhola nos anos 1930, a criação do Conselho das Artes da Inglaterra na década de 1940 e a instituição do Ministério dos Assuntos Culturais da França em 1959.

No entanto, o que merece destaque é que os Estados, com diversas modalidades e concepções, assumiram a respon-

sabilidade de orientar, com políticas culturais, suas intervenções no território nacional e nas ações internacionais, dotando-se de estruturas administrativas, normativas e financeiras específicas⁵ (BAYARDO GARCÍA, 2008, p. 18, tradução nossa).

Trata-se, portanto, de uma *mudança de paradigmas*: nestas experiências, em lugar da instrumentalização da cultura pela política, esta última torna-se meio para desenvolver a cultura. A constituição de um campo de estudos dedicado a uma análise das relações entre cultura e política, sob a égide da terminologia política cultural, remonta, portanto, a essa nova perspectiva.

Outro marco deste processo é a promulgação em 1948, da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas (ONU), quando a cultura é referida como um *direito*. Reconhecer a cultura como necessidade social e individual – de participar da vida cultural da comunidade, gozar das artes, disfrutar dos benefícios do progresso científico, bem como da proteção jurídica à criação – constitui um relevante passo, ainda que inconcluso, para superar a ideia de superficialidade da dimensão cultural (LOGIÓDICE, 2012; BAYARDO GARCÍA, 2008).

Também merece destaque uma iniciativa engendrada pela Organização das Nações Unidas Para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco): a coleção *Studies and documents on cultural policies*. O primeiro documento da série, *Cultural policy a preliminary study*, publicado em 1969, é resultado de uma mesa-redonda realizada em Mônaco, em 1967. A noção de política cultural adotada subsidia a compreensão, não apenas do modo como os textos subsequentes da coleção abordam o tema, mas o programa adotado pela Unesco em sua 15^a Conferência Geral (Paris, 1968), que

.....
5 "Pero lo que importa destacar es que los Estados, con diversas modalidades y concepciones, han asumido la responsabilidad de orientar con políticas culturales sus intervenciones en el territorio nacional y en las acciones internacionales, dotándose de estructuras administrativas, normativas y financieras específicas."

culmina com a Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais – Mondiacult (Cidade do México, 1982). Segundo o documento,

[...] entende-se por ‘política cultural’ um conjunto de princípios operacionais, práticas administrativas e orçamentárias e procedimentos que fornecem uma base para a ação cultural do Estado. Obviamente, não pode haver uma política cultural adequada para todos os países; cada Estado-Membro determina sua política cultural de acordo com os próprios valores culturais, metas e escolhas (UNESCO, 1969, p. 4, tradução nossa).⁶

São enumerados, ainda, dois aspectos-chave para a implantação de políticas culturais pelos países-membros:

[...] (a) que ‘política cultural’ deve ser compreendida como a totalidade consciente e deliberada das práticas, ações ou ausência de ações em uma sociedade, visando a atender certas necessidades culturais por meio da utilização otimizada de todos os recursos físicos e humanos disponíveis para aquela sociedade em um dado momento; (b) que determinados critérios deverão ser definidos para o desenvolvimento cultural, e que a cultura deve ser associada ao cumprimento do desenvolvimento individual, económico e social⁷ (UNESCO, 1969, p. 10, tradução nossa, grifo nosso).

6 “[...] ‘cultural policy’ is taken to mean a body of operational principles, administrative and budgetary practices and procedures which provide a basis for cultural action by the State. Obviously, there cannot be one cultural policy suited to all countries; each Member State determines its own cultural policy according to the cultural values, aims and choices it sets for itself.”

7 “[...] (a) that ‘cultural policy’ should be taken to mean the sum total of the conscious and deliberate usages, action or lack of action in a society, aimed at meeting certain cultural needs through the optimum utilization of all the physical and human resources available to that society at a given time; (b) that certain criteria for cultural development should be defined, and that culture should be linked to the fulfilment of personality and to economic and social development.”

O conceito acentua a relação entre as políticas culturais e a questão nacional, na qual residiria sua legitimidade. Mais do que um produto de reflexão do organismo, tal opção reflete o contexto das políticas culturais do período, nas quais a participação de agentes diversificados e a abrangência multiesférica ainda se mostravam bastante incipientes. Cabe pontuar, ainda, que a “ausência” de política é considerada uma forma deliberada de silenciamento estatal frente às questões culturais, cujas principais consequências costumam ser a manutenção do *status quo* e beneficiamento do mercado. Diante da inadequação da ação privada, estas políticas devem ser integradas ao planejamento do Estado, cuja intervenção, ainda que essencial, não deve interferir na liberdade de criação, nem contribuir para a passividade do público (UNESCO, 1969).

Mesmo evidenciando a autodeterminação dos Estado-Membros na definição de políticas, com base nos seus valores culturais, metas e escolhas, a Unesco apresenta uma série de prescrições quanto à avaliação e planejamento e indicativos acerca da criação artística, agentes e canais de difusão para o setor cultural. Rubim (2012) assevera que o período no qual se plasma o modelo inicial de políticas culturais se caracteriza por uma evidente vocação: centralizadora, estatista e ilustrada, com um nítido viés de atenção para os aspectos estéticos e artísticos.⁸

Após a divulgação deste primeiro título, com vistas a subsidiar a Conferência Intergovernamental sobre os Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das Políticas Culturais (Veneza, 1970), a Unesco deu continuidade à coleção. Ao longo dos anos 1970 e 1980, foram publicados cerca de 70 textos sobre as políticas

.....

8 Os participantes da mesa-redonda decidiram, por unanimidade, não se dedicar à complexa definição de cultura, num momento em que sua concepção mais restrita – explicitada no seu Ato Constitutivo “[...] como o acúmulo de saber, refletida nas produções artísticas e intelectuais” (PITOMBO, 2007, p. 120) – se direcionava à ideia, hoje prevalecente na instituição, de cultura “como um conjunto de diferentes modos de pensar, ser e sentir – ou seja, um dispositivo capaz de forjar uma identidade própria ao tempo em que constitui diferenças” (PITOMBO, 2007, p. 120).

culturais de Estados-Membros de todo o mundo enfatizando o modo como são planejadas e implantadas as políticas culturais.⁹ O extenso conjunto, segundo García Canclini (1987), limita-se a descrever e enumerar, formal e burocraticamente, as instituições estatais e atividades realizadas no campo cultural em nível nacional. Apesar das críticas em relação ao formato adotado, apontadas pelo autor, e mesmo ao conceito de política cultural elaborado, cabe pontuar que embora o organismo não inaugure as políticas culturais, os estudos de políticas culturais e tampouco a definição de políticas culturais no mundo ocidental, é inegável sua relevância para o agendamento e promoção em nível planetário das reflexões sobre processos que se iniciam em países centrais, em contextos específicos,¹⁰ e que vão ter importante incidência no cenário político e cultural, em especial, na América Latina, na década de 1980.¹¹

DOS INFORMES BUROCRÁTICOS, CRONOLOGIAS E DISCURSOS À REFLEXÃO CRÍTICA E SISTEMÁTICA

Como visto, as intervenções iniciais de políticas culturais nacionais, com destaque para a experiência francesa, amplificadas no âmbito internacional pela promoção de diagnósticos e encontros, desprendem uma primeira emergência do tema na cena pública mundial, com significativas repercussões teóricas, entre os anos 1970 e 1980 (RUBIM, 2012). García Canclini (1987) pontua, ainda,

-
- 9 Dentre os países latino-americanos, foram publicados diagnósticos sobre a Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Guatemala, Guiana, Honduras, Panamá, Peru e Venezuela, conforme levantamento na base de dados da Unesco. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/unesco/resources/publications/unesdoc-database/>>.
 - 10 Não nos parece coincidência que, no final dos anos 1960, o modelo francês de políticas culturais seja colocado em cheque, por sua visão elitista e não democrática, e que novas alternativas sejam reivindicadas (RUBIM, 2012).
 - 11 Albino Rubim (2012) pontua como importantes iniciativas do organismo a realização da Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais (Veneza, 1970), as conferências regionais da Europa (Helsinki - 1972), África (Acra, 1975) e América Latina e Caribe (Bogotá, 1978), cujo ponto culminante é a Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, a Mondiacult, realizada em 1982, na Cidade do México.

outros marcos para sua manifestação na América Latina, não apenas na esfera acadêmica, mas política. Na região, os estudos sobre a modernização, então concebida como uma aproximação aos modelos industriais dos países centrais, compreendiam a cultura, em especial a de caráter tradicional, como obstáculo para o desenvolvimento. Contudo, a crise do modelo de desenvolvimento economicista – incapaz de solucionar as desigualdades sociais, a explosão demográfica e a depredação ambiental – trouxe interrogantes sobre as bases culturais da produção e do poder. Por sua vez, a ampliação do conceito de cultura contribuiu para sua inserção no campo político, ao situar sua importância nos modos de socialização, formação das concepções políticas e estilos adotados nos distintos modelos de desenvolvimento.

Nesse contexto, se destaca a criação do Grupo de Trabalho sobre Políticas Culturais no Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). Composto por proeminentes intelectuais como José Joaquín Brunner, Néstor García Canclini, Oscar Landi, Sérgio Miceli, entre outros, o grupo realizou uma pesquisa comparativa sobre as relações entre política cultural e consumo em diversos países da América Latina. Já em 1982, foram realizados dois eventos que, segundo García Canclini (1987), transcendem as descrições burocráticas para examinar as bases conceituais da ação cultural. Ambos resultaram em livros, com a participação de pesquisadores e gestores culturais: *Culturas populares y políticas culturales*, organizado no mesmo ano por Guillermo Bonfil Batalla, e *Estado e Cultura no Brasil*, coordenado por Sérgio Micelli e publicado em 1984. As reflexões se dedicam a aspectos até então pouco contemplados: a pesquisa empírica, a análise crítica, o planejamento e os movimentos sociais. Apesar do caráter inaugurador e sistemático, divergimos de García Canclini quando as define como obras de conceituação crítica, visto que elas não se dedicam ao exercício conceitual.

Maria Júlia Logiódice (2012) enfatiza como provável feito mais significativo do período, pelo amplo alcance e impacto, a publicação, em 1987, do livro *Políticas Culturales en America Latina* (GARCÍA CANCLINI, 1987). A obra abarca reflexões sistemáticas sobre as políticas culturais, bem como sobre cultura política nos Estados Unidos, Brasil e Argentina, escritos por Jean Franco, Miceli e Landi, respectivamente; um estudo sobre as políticas para os povos indígenas, de autoria de Guillermo Bonfil Batalla; e duas análises sobre as políticas culturais enquanto campo teórico e institucional, elaboradas por Brunner e García Canclini.

Os textos de Brunner e García Canclini, aos quais nos ateremos, apresentam noções bastante distintas de políticas culturais. É emblemático o fato de que eles encerrem as duas principais abordagens conceituais identificadas na literatura latino-americana, que permanecem em debate até os dias de hoje. Para além de um embate entre correntes teóricas, estão em disputa perspectivas distintas de cultura. De um lado, são enfatizados os aspectos processuais e relacionais e as questões concernentes ao poder e seus efeitos nas lutas simbólicas e interpretação dos significados. De outro, a cultura é enfocada por um viés formalista, que privilegia os circuitos organizados do campo e seus aspectos estéticos.

CULTURA, POLÍTICA E PODER: UMA ABORDAGEM CRÍTICA DAS POLÍTICAS CULTURAIS

Influenciados pelo vasto campo temático dos Estudos Culturais dos Estados Unidos da América, os estudos da cultura na América Latina empreendidos por autores como García Canclini, Carlos Altamirano e Oscar Landi, adotam novas perspectivas para suas investigações.

O que vemos começar a obter destaque são as práticas culturais imersas em mundos de vida diferentes – religiosos, estéticos, de consumo etc. – e atravessadas por dimensões que remetem a situações e cenários econômicos,

políticos e, sociais, cujo estudo mobiliza saberes e métodos de muitas disciplinas e linguagens expositivas muito diferentes também (MARTÍN-BARBERO, 2010, p. 139, tradução nossa).¹²

Apesar da dispersão e diversidade, são aspectos constitutivos desta corrente teórica: a politicidade da cultura com base na noção gramsciana de hegemonia;¹³ a ascensão de numerosos “objetos menores” a objetos de investigação científica ou cultural e a transdisciplinaridade como ponto de partida ou meta a ser perseguida (GRIMSON; CAGGIANO, 2010). Não é um acaso que o paradigmático conceito de políticas culturais de García Canclini (1987, p. 26, tradução nossa) as invoque como:

[...] o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, as instituições civis e os grupos comunitários organizados, a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social.¹⁴

Essa noção permanece sendo amplamente utilizada pelos estudos de políticas culturais, devido a seu caráter abrangente e capacidade crítica, logrando ressaltar, de forma sintética, aspectos como: a existência de múltiplos agentes como promotores de políticas; a reafirmação da cultura como necessidade; e o reconhecimento

-
- 12 *“Lo que vemos empezar a cobrar relieve son las prácticas culturales inmersas en mundos de vida diferentes – religiosos, estéticos, de consumo etc. – y atravesadas por dimensiones que remiten a situaciones y escenarios económicos, políticos, sociales cuyo estudio moviliza saberes y métodos de muchas disciplinas y lenguajes expositivos muy diferentes también.”*
 - 13 A concepção abrange as relações variáveis de poder em uma determinada sociedade e a forma concreta como elas são vividas. Diferentemente do domínio direto ou coerção estatal, a hegemonia seria a capacidade de um setor ou grupo de setores dominantes, via organismos privados (sociedade civil) ou Estado (sociedade política), de gerar consenso “espontâneo” nas grandes massas da população sobre seus interesses e fazê-los equivaler como interesses gerais. (GRAMSCI, 1978).
 - 14 *“[...] el conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social.”*

da dimensão simbólica do desenvolvimento e do papel da cultura na orientação deste desenvolvimento. A dimensão mais geral do campo simbólico é enfatizada, ultrapassando o âmbito da organização e mediação cultural, ainda que não o exclua. Em 2005, García Canclini (2005, p. 65, tradução nossa) acrescenta à definição que tal “[...] maneira de caracterizar o âmbito das políticas culturais precisa ser ampliada levando em conta o caráter transnacional dos processos simbólicos e materiais na atualidade”.¹⁵ A problematização da restrição do conceito à realidade nacional se dá diante da constatação de que os fluxos comunicacionais e a construção das identidades simbólicas passam a ultrapassar as fronteiras dos espaços nacionais.

No entanto, cabe indicar e debater algumas lacunas identificadas, a fim de superá-las. Inicialmente, a compreensão da política cultural como formadora de consenso, seja ele hegemônico ou contra hegemônico nos parece relevante, ao tomar como ponto de partida a cultura como os “[...] modos específicos como os atores se enfrentam, se aliam ou negociam” (GRIMSON; SEMÁN, 2005, p. 8, tradução nossa).¹⁶ Supera-se, desta forma, uma suposta neutralidade, inscrevendo a cultura e as políticas culturais nos conflitos e lutas que marcam a sociedade. Esta opção, porém, implica o risco de ampliar em demasiado o conceito, de modo que a cultura deixe de ser finalidade, para tornar-se mero instrumento da política cultural. Além disso, a ideia de política como “conjunto de intervenções” carece de um maior detalhamento com o intuito de estabelecer sua sistematicidade, continuidade, abrangência e centralidade, explicitando as diferenciações entre uma mera ação/intervenção e uma política cultural.

A perspectiva de políticas culturais apresentada por Teixeira Coelho, em seu *Dicionário Crítico de Política Cultural* (1997), nos

.....
15 “[...] manera de caracterizar el ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad.”

16 “[...] modos específicos en que los actores se enfrentan, se alian o negocian.”

parece um desenvolvimento dessa acepção, inclusive em busca de superar algumas questões já elencadas. Vejamos:

Constituindo [...] uma ciência da organização das estruturas culturais, a política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável (COELHO, 1997, p. 293).

Num primeiro momento, cabe enfatizar o questionamento acerca da atribuição do termo ciência, pelo autor, às políticas culturais. A atuação neste campo não pode ser considerada como *estudo* e tampouco se constitui como científica: ela pode (e deve) ser objeto de estudos e reflexões a partir das áreas já existentes (história, antropologia, sociologia, dentre outras) ou mesmo sob um enfoque multidisciplinar, mais adequado a este tipo de estudo (BARBALHO, 2005). Em sua formulação, Coelho detalha as formas adotadas pelas intervenções, enquanto normas jurídicas, procedimentos tipificados ou ações culturais diretas, e lista como objetivos da política cultural “[...] promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do *patrimônio histórico* e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável” (COELHO, 1997, p. 293, grifo do autor). Se por um lado, consideramos relevante destacar o caráter instrumental e burocrático das políticas, por outro, a opção pela enumeração incorre no risco de omitir objetivos outros das intervenções.

No entanto, o confronto entre as noções de García Canclini e de Teixeira Coelho evidencia a supressão, nesta última, do objetivo de “obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social” (GARCIA CANCLINI, 1987). Sob o argumento de que tal perspectiva pressupõe uma ideia elitista de difusão cultural de “levar a cultura ao povo”, Coelho assevera que a noção de política cultural “apresenta-se com frequência sob uma forma altamente ideologizada” (GARCIA CANCLINI, 1987, p. 293) e “em ampla medida devedor de uma visão conspiratória da realidade social e política” (GARCIA CANCLINI, 1987, p. 293). Contudo, como visto, esta interpretação não condiz com a percepção de García Canclini, nem com a teoria que o embasa. Ou seja, em que pese a grande afinidade entre ambas as formulações, a concepção de Coelho aproxima-se de forma consistente com a perspectiva aqui denominada como formalista de políticas culturais, conforme veremos.

POLÍTICAS CULTURAIS E SUA CONCEPÇÃO FORMALISTA

Ainda fruto da conjuntura existente nos anos 1980, toma relevo uma outra concepção de políticas culturais que se recusa a considerar a disputa por valores, no contexto de políticas culturais democráticas, sob o argumento da necessidade de se garantir o pluralismo e o equilíbrio entre os agentes, frente a perspectivas de controle excludentes, autoritárias ou monopólicas. Ainda que menos referida entre os autores latino-americanos dedicados ao tema, a perspectiva formalista é frequentemente reivindicada, até os dias de hoje, entre os diversos agentes do campo cultural. Uma importante referência nesta direção, conforme já mencionado, é o artigo “Políticas culturales y democracia: hacia una teoría de las oportunidades” (1987). Nele, o pesquisador chileno José Joaquín Brunner, inspirado nas premissas do pluralismo político, elabora um mapa analítico das oportunidades para as políticas culturais, explicitando as possíveis formas de interferência cultural em um ambiente democrático.

[...] as políticas culturais democráticas são – em um sentido mais geral – políticas *formais*. Buscam ajustes institucionais mais do que aplicar conteúdos cognitivos à sociedade. Buscam criar estruturas de oportunidades (mercados, sistemas de seleção, pluralidade de ofertas, variedade) e, ao mesmo tempo, impedir (mediante compensações, procedimentos, formas de controle, medidas de competição, abertura de bloqueios, etc.) que essas estruturas de oportunidades sejam objetos de *social closure*, de isolamento ideológico ou de qualquer forma de manipulação monopólica (BRUNNER, 1987, p. 198, tradução nossa e grifo do autor).¹⁷

Ainda segundo Brunner (1987, 1988), tais ajustes institucionais deveriam intervir apenas nos níveis organizacionais do campo cultural, os *circuitos culturais*, que abarcam as fases de produção, transmissão e consumo dos bens culturais e cuja matriz básica é a combinação típica¹⁸ entre agentes (produtores profissionais, empresas privadas, agências públicas e associações voluntárias); instâncias institucionais de organização (administração pública, mercado e comunidade); meios de produção (sobre os quais incidem a base tecnológica, propriedade de meios e organização de agentes e meios); canais de comunicação (relativos ao condicionamento tecnológico e o acesso de agentes e públicos); e públicos. Desse modo, restaria assegurada uma estrutura institucional que garantiria formalmente aos indivíduos a oportunidade de aderir ao modelo ou

.....

17 “[...] las políticas culturales democráticas son – en un sentido más general – políticas formales. Persiguen arreglos institucionales más que aplicar contenidos cognitivos a la sociedad. Persiguen crear estructuras de oportunidades (mercados, sistemas de elección, pluralidad de ofertas, variedad) y, al mismo tiempo, impedir (mediante contrabalances, procedimientos, formas de control, medidas de competencia, aperturas de cierres, etc.) que esas estructuras de oportunidades sean objetos de social closure, de cierre ideológico o de cualquier forma de manipulación monopólica.”

18 “Os tipos de circuitos são identificados a partir da associação entre seus elementos. Para além da utilidade da categorização, tal tipologia contribuiria sobremaneira para a formulação e implantação de políticas culturais, contribuindo para a identificação de quais tipos de circuitos mereceriam receber atenção prioritária.”

de expressar os próprios valores culturais. Laura Maccioni (2002), destaca que o conceito de políticas culturais de Brunner se assenta na definição igualmente formal de democracia, compreendida como:

[...] um sistema onde há múltiplos atores que perseguem políticas estratégicas dentro de um marco competitivo, produzindo resultados epifenomênicos e efeitos perversos, o qual se traduz, para cada participante, no fato em que ninguém pode obter garantias de que seus interesses triunfarão por completo, nem pode estar certo de que suas posições serão continuamente preservadas (BRUNNER, 1987, p. 196, tradução nossa).¹⁹

O permanente conflito do processo político resulta na indeterminação, em certa medida, dos seus resultados. Caberia, portanto à política cultural, em lugar de promover a hegemonia, criar um marco constitucional de possibilidades para que os agentes possam materializar e expressar seus interesses e assegurar a existência e expansão da diversidade dos circuitos culturais. É sob tal perspectiva que Brunner (1988, p. 268, tradução nossa) compreende as políticas culturais, enquanto

[...] tentativas de intervenção deliberada, com os meios apropriados, na esfera de constituição pública, macrosocial e institucional da cultura, a fim de obter os efeitos desejados. São, geralmente, formas de intervenção que tendem a operar no nível organizacional da cultura: preparação e carreira dos agentes, distribuição e organização dos meios, a renovação dos meios, formas institucionais de produção e circulação de bens simbólicos, etc.²⁰

.....
19 *"[...] un sistema donde hay múltiples actores que persiguen políticas estratégicas dentro de un marco competitivo, produciendo resultados epifenoménicos y efectos perversos, lo cual si traduce, para cada participante, en que ninguno puede obtener garantías de que sus intereses triunfarán por completo, ni puede estar cierto de que sus posiciones serán continuamente preservadas"*

20 *"[...] intentos de intervención deliberada, con los medios apropiados, en la esfera de constitución*

Tal intervenção se restringe, portanto, à dimensão da cultura que diz respeito à esfera especializada de produção simbólica. Já a dimensão cultural “[...] que abarca a totalidade das interações sociais mediante das quais os indivíduos (e as sociedades) *fazem sentido* cotidianamente de seus pequenos mundos e do mundo (grande) em geral” (BRUNNER, 1988, p. 268, tradução nossa, grifo do autor)²¹ escaparia a qualquer intervenção política direta. A interferência neste âmbito, requereria bem mais do que políticas culturais.²² Contudo, a dimensão cotidiana da cultura, se constitutiva da vida social, também conforma e influencia o circuito cultural. Logo após sua publicação, o *formalismo* de Brunner é contestado por Beatriz Sarlo em um artigo publicado na revista argentina *Punto de Vista*. Segundo a autora, diante da grande desigualdade social e cultural dos países latino-americanos, mais do que preservar o equilíbrio, a política cultural – em especial desenvolvida pelo Estado – *deveria* interferir neste campo profundamente desequilibrado.

Limitar as políticas a funcionar como garantias de igualdade formal dos agentes que intervenham, supõe uma abstração ou grau zero de desigualdade cultural e material. No processo cultural, os sujeitos não são efetivamente iguais, nem em suas oportunidades de acesso aos bens simbólicos, nem em suas possibilidades de escolher, inclusive dentro do conjunto de bens que estão

.....
pública, macrosocial e institucional de la cultura, con el fin de obtener efectos buscados. Son, por lo general, formas de intervención que tienden a operar sobre el nivel organizacional de la cultura: preparación y carrera de los agentes, distribución y organización de los medios, renovación de los medios, formas institucionales de la producción y circulación de bienes simbólicos, etc.”

- 21 “[...] que abarca la totalidad de las interacciones sociales mediante las cuales los individuos (y la sociedad) hacen sentido cotidianamente de sus pequeños mundos e del mundo (grande) en general”
- 22 O paradigmático texto de Isaura Botelho (2001) “Dimensões da cultura e políticas públicas” toma como base as reflexões de Brunner, para demarcar duas dimensões – a antropológica e a sociológica – da cultura para a análise e formulação de estratégias de políticas públicas na área da cultura.

efetivamente a seu alcance²³ (SARLO, 1988, p. 9, tradução nossa).

Sarlo (1988) sustenta, portanto, que não há políticas culturais *neutras*. Embora a garantia de existência de um mercado livre de circulação dos bens simbólicos seja condição formal indispensável, tal medida não garante o equilíbrio das desigualdades reais de acesso a esses bens. A democratização do acesso, diante da necessária limitação de recursos culturais prévios, implica, portanto, intervir não apenas nas formas institucionais, mas proceder a opção por valores expressos tanto nas formas como nos conteúdos das mensagens.

A definição formal de políticas culturais abre uma série de problemas, ao mesmo tempo que garante que eles são sejam resolvidos mediante imposições ideológicas. O pior, em uma política cultural, não é sua relação com valores, mas sim que estes não sejam objeto de discussão permanente, incluindo os valores inscritos no marco mais amplo definido por Brunner (SARLO, 1988, p. 9, tradução nossa).²⁴

Às questões pontuadas, podem ser somadas outras, também relevantes. Em primeiro lugar, o tema dos valores, conteúdos e formas, não pode ser abordado apenas com base na desigualdade cultural e material nas sociedades latino-americanas. A discussão não se invalida em sociedades mais igualitárias, se considerarmos que, ao

.....
23 *"Limitar las políticas a funcionar como garantías de igualdad formal de los agentes que intervengan supone una abstracción o grado cero de desigualdad cultural y material. En el proceso cultural los sujetos no son efectivamente iguales ni en sus oportunidades de acceso a los bienes simbólicos ni en sus posibilidades de elegir, incluso dentro del conjunto de bienes que están efectivamente a su alcance."*

24 *"La definición formal de políticas culturales abre una serie de problemas, al mismo tiempo que garantiza que no se les resuelva mediante imposiciones ideológicas. Lo malo en una política cultural no es su relación con valores, sino que éstos no sean objeto de discusión permanente, incluidos los valores inscriptos en el marco más amplio definido por Brunner."*

ampliar, ou “antropologizar” a noção de cultura, os valores – agora explicitados em conceitos como o delineado pela Unesco²⁵ em 1982 – tornam-se aspecto constitutivo do próprio campo cultural. Se os valores sociais fazem parte da cultura, torna-se inexecutável a ideia de uma política cultural que não os considere.

Ademais, resulta contraditório reivindicar que o estado democrático não intervenha nos conteúdos e formas das políticas culturais, visto que tal interdição não é sugerida a outros atores (inclusive o mercado e as empresas privadas). Ademais, trata-se de um reducionismo a ponderação da incapacidade do estado democrático de produzir valores que não sejam impositivos e autoritários, em especial, ao considerar seus corpos estáveis, como centros de pesquisas, instituições culturais, universidades, emissoras públicas de comunicação etc.

NOÇÕES CONTEMPORÂNEAS DE POLÍTICAS CULTURAIS

Em meio à crise socioeconômica das sociedades latino-americanas na década de 1980, agravadas pela adoção intensa dos programas de retração de gastos e inibição das iniciativas estatais no marco Consenso de Washington, García Canclini (1987, p. 26, tradução nossa) já apontava como um paradoxo o fato de que, justamente quando se compreende melhor “[...] o papel que a cultura pode cumprir na democratização da sociedade estamos nas piores condições para desenvolvê-la, redistribuí-la, fomentar a expressão e o avanço dos setores populares”.²⁶ De fato, na década seguinte, o modelo neoliberal torna-se hegemônico, determinando, segundo

.....
25 A cultura é, naquele momento, considerada como [...] o conjunto dos aspectos distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Ela engloba ademais das artes e as letras, os modos de vida, os direitos fundamentais ao ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (UNESCO, 1982, p. 43, tradução nossa).

26 “[...] *el papel que la cultura puede cumplir en la democratización de la sociedad estamos en las peores condiciones para desarrollarla, redistribuirla, fomentar la expresión y el avance de los sectores populares*”

Rubim (2012), o colapso da primeira emergência das políticas culturais, diante da prevalência do mercado sobre a política como modalidade de organização da sociedade e da cultura. Também influenciam esse processo a disjunção entre as políticas culturais e a questão nacional e o declínio das iniciativas da Unesco, devido a diminuição de seus recursos após a saída de países como os Estados Unidos da América²⁷ e o Reino Unido, ainda nos anos 1980. Apesar das limitações, a Unesco não permanece paralisada e sua atuação catalizadora no agendamento público de debates e reflexões engendram a “segunda e contemporânea emergência das políticas culturais” (RUBIM, 2012, p. 22). Segundo Rubens García Bayardo (2008, p. 25, tradução nossa),

[...] no marco da Terceira Década Mundial para o Desenvolvimento Cultural 1988-1997, a Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento produziu o informe Nossa Diversidade Criadora (1996). A isto seguiria a Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento (Estocolmo, 1998). Os novos passos decisivos, porém, estariam dados pela Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural (Paris, 2001) e pela Convenção sobre a Promoção e Proteção da Diversidade das Expressões Culturais (Paris, 2005).²⁸

Na América Latina, tais ações exercem um relevante papel ao estimularem a construção de novas agendas políticas, somadas aos esforços de alguns países em elaborar legislações culturais e implementar planos de cultura (CALABRE, 2013), certamente influenciados

.....
27 Apenas este país, segundo García Bayardo (2008) respondia por 65% das verbas publicitárias do organismo.

28 “[...] en el marco del Tercer Decenio Mundial para el Desarrollo Cultural 1988-1997, la Comisión Mundial de Cultura y Desarrollo produjo el informe Nuestra Diversidad Creativa (1996). A esto seguiría la Conferencia Intergubernamental sobre Políticas Culturales para el Desarrollo (Estocolmo, 1998). Pero los nuevos pasos decisivos estarían dados por la Declaración Universal de la UNESCO sobre la Diversidad Cultural (Paris, 2001) y por la Convención sobre la Promoción y Protección de la Diversidad de las Expresiones Culturales (Paris, 2005).”

pelas eleições de governantes de esquerda²⁹ e seu empenho em estabelecer modelos socioeconômicos e políticos alternativos às políticas neoliberais das últimas décadas (ELIAS, 2006).

Conforme veremos, as noções contemporâneas de políticas culturais mais difundidas na região adotam como base³⁰ a corrente teórica de estudos latino-americanos, acima aludida, sobre a cultura que privilegia as dimensões de disputas e tecnologias de poder, estratégias políticas e práticas de atores sociais, em detrimento da abordagem formalista.

Alvarez, Escobar e Dagnino (2000), por exemplo, concebem as lutas democráticas como processos de redefinição tanto do sistema político como das práticas econômicas, sociais e culturais que poderiam gerar um novo ordenamento da sociedade como conjunto. Assim, a pluralidade de agentes inseridos neste campo promove um deslocamento na perspectiva de cultura que, agora mobilizada com fins políticos e sociais, transcende a esfera do simbólico referido como expressões artísticas. As políticas culturais são, então, interpretadas como:

[...] o processo posto em ação quando conjuntos de atores sociais moldados por e encarnando diferentes significados e práticas culturais entram em conflito uns com os outros. Essa definição supõe que significados e práticas – em particular aqueles teorizados como marginais, oposicionais, minoritários, residuais, emergentes, alternativos, dissidentes e assim por diante, todos concebidos em relação a uma determinada ordem cultural dominante – podem ser a fonte de processos que devem ser aceitos como políticos. [...] Isto é, quando apresentam concepções alternativas de mulher, natureza, raça, economia, democracia ou cidadania, que desestabilizam os

.....
29 A exemplo da eleição de Hugo Chávez (Venezuela) em 1999, Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil) e Evo Morales (Bolívia) em 2002, Néstor Kirchner (Argentina), em 2003 e Tabaré Vazquez (Uruguai), em 2005.

30 Mesmo no caso em que algumas perspectivas relevantes dessa corrente de pensamento sejam refutadas, conforme visto no conceito elaborado por Teixeira Coelho (1997).

significados culturais dominantes, os movimentos põem em ação uma política cultural (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 24-25).

Coincidimos com os autores acerca da relevância da dimensão política da cultura na instituição de significados e práticas, e que estes, por sua vez, desestabilizem a ordem cultural dominante. Esta ênfase, que se constrói em âmbito marginal, atenta para os movimentos sociais e o modo como o cultural, nestes movimentos, abarca não apenas as demandas identitárias, mas a mobilização contínua dos atores populares contra projetos dominantes de desenvolvimento, construção de uma nação e repressão. Apesar da relevância do debate, a adoção desta noção como *política cultural*,³¹ incorre em uma potencial armadilha: a perda de sua operacionalidade em função de sua abrangência. Ou seja, em lugar de intervenções deliberadas com base em objetivos específicos, a noção assumiria um papel de *metapolítica* (MACCIONI, 2002).

Após uma breve revisão das diversas concepções de políticas culturais em voga na América Latina (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000; COELHO, 1997; GARCÍA CANCLINI, 1987), a pesquisadora colombiana Ana Maria Ochoa Gautier (2003, p. 20, tradução nossa) propõe atualizá-la como:

[...] a mobilização da cultura levada a cabo por diferentes tipos de agentes – o Estado, os movimentos sociais, as indústrias culturais, instituições como museus ou organizações turísticas, associações de artistas e outros – com

.....

31 Resta evidenciado aqui o difícil jogo de traduções que obscurecem os matizes semânticos das palavras. No português, a expressão “políticas culturais” é invocada como uma prática política concreta de desenho e implementação de programas e projetos especificamente relacionados com a mobilização do simbólico enquanto expressão estética, e não como o campo simbólico em geral. Seria o que chamaríamos, em inglês, de *cultural politics* (OCHOA GAUTIER, 2003). Alvarez et al., porém, traduzem, deliberadamente, a noção *cultural politics* como políticas culturais. Em consonância com Ochoa Gautier (2003) entendemos que sua aplicação, ao longo do texto, refere-se, com maior propriedade ao “político do cultural”.

a finalidade de transformação estética, organizacional, política, econômica e/ou social.³²

A opção por delimitar as políticas culturais como “mobilização da cultura” representa um recuo ao paradigma prévio da própria acepção, visto que o cultural não seria o objetivo das políticas, mas o meio ou instrumento para se alcançar finalidades específicas, a exemplo da “transformação estética, organizacional, política, econômica e/ou social”. Por sua vez, apenas no primeiro deles é enfatizada a dimensão cultural. Ao priorizar, portanto, a construção da hegemonia – ressaltando o político do cultural – Ochoa Gaultier (2003) se alinha a Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), situando a política cultural novamente como metapolítica. E, ainda que se refira, ao longo da obra como um todo, à política cultural como uma prática política concreta no campo do simbólico (ou em um circuito cultural específico) – dedicando-se à análise do Ministério da Cultura da Colômbia – o conceito em análise mantém a já aludida e, a nosso ver, prejudicial, abrangência.

Já Toby Miller e George Yúdice (2004, p. 13), estabelecem como objetivo maior do livro *Políticas Culturales*, a reflexão sobre os saberes e práticas culturais que determinam a formação e o governo dos sujeitos. No entanto, apesar de se comprometerem enfaticamente com os aportes dos estudos culturais e com a articulação do conhecimento com a mudança social progressista, a noção de políticas culturais desenvolvida reforça sobremaneira seu caráter administrativo e burocrático.

A política cultural se refere aos suportes institucionais que canalizam tanto a criatividade estética como os estilos coletivos de vida: é uma ponte entre os dois registros.
A política cultural se encarna em guias sistemáticas e

.....
32 “[...] la movilización de la cultura llevada a cabo por diferentes tipos de agentes – el Estado, los movimientos sociales, las industrias culturales, instituciones tales como museos u organizaciones turísticas, asociaciones de artistas y otros - con fines de transformación estética, organizacional, política, económica y/o social.”

regulatórias para a ação adotadas pelas instituições a fim de alcançar suas metas. Em suma, é mais burocrática que criativa ou orgânica: as instituições solicitam, instruem, distribuem, financiam, descrevem e rechaçam os atores e atividades que estão sob o signo do artista ou da obra de arte através da implementação de políticas (MILLER; YÚDICE, 2004, p. 11, tradução nossa).³³

A política cultural é, então, tomada como instância que articula a cultura como modo de vida, mas que também organiza a criatividade estética. É paradoxal, porém, que se reivindique a transformação da ordem social, concebendo a política como esfera transformadora (e não funcionalista) e, por outro lado, as iniciativas a serem engendradas sejam reduzidas a guias sistemáticas e regulatórias para a ação e os objetivos, ao cumprimento de metas institucionais. Em contraposição às perspectivas de filiação teórica semelhante, aqui são desconsiderados os valores explicitados nos objetivos das políticas, como as necessidades culturais da população, o desenvolvimento simbólico (ou das representações simbólicas), a transformação estética, organizacional, política, econômica e/ou social (COELHO, 1997; GARCIA CANCLINI, 1987; OCHOA GAUTIER, 2003). Nesse sentido, o conceito esboçado possui maior afinidade com o proposto por Brunner (1988).

A noção também deprecia as políticas culturais, ao aludir que estas são pouco criativas ou orgânicas. Em desacordo com os autores, entendemos que a criatividade não é algo apenas inerente às artes, ainda que nelas tenha um espaço singular e que, nesse sentido, a criatividade é uma relevante dimensão a ser considerada nas políticas culturais.

.....

33 *“La política cultural se refiere a los soportes institucionales que canalizan tanto la creatividad estética como los estilos colectivos de vida: é un puente entre los dos registros. La política cultural se encarna en guías para la acción sistemáticas e regulatorias que adoptan las instituciones a fin de alcanzar sus metas. En suma, es más burocrática que creativa u orgánica: las instituciones solicitan, instruyen, distribuyen, financian, describen y rechazan a los actores y actividades que se hallan bajo el signo del artista o de la obra de arte mediante la implementación de políticas.”*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste breve percurso nos induz a tecer algumas considerações quanto às contribuições dos conceitos analisados para o campo teórico das políticas culturais. Em primeiro lugar, resta evidenciado que a ênfase dada a aspectos específicos dizem respeito à história intelectual, influências teóricas e modos de inserção nos estudos sobre a temática dos autores. Conforme salienta Ochoa Gautier (2003), surgem novas barreiras no campo das políticas culturais: em lugar dos obstáculos disciplinares, as perspectivas a serem abordadas passam a condicionar o desenvolvimento teórico dos estudos.

Neste sentido, optamos por nos filiar a uma abordagem *crítica* das políticas culturais, assumindo sua não neutralidade. Em consonância com Evelina Dagnino (2004, p. 98), partimos de que a hipótese central sobre “[...] a noção de projetos políticos é que eles não se reduzem a estratégias de atuação política no sentido estrito, mas expressam e veiculam e produzem significados que integram matrizes culturais mais amplas”. Visto que não existem estratégias políticas meramente formais e tampouco neutras, a presunção da existência da neutralidade já implica, em si, um posicionamento cultural, político e social pré-estabelecido.

Por outro lado, não se pode desconsiderar que a demarcação do surgimento das políticas culturais adota como marco a compreensão da cultura como finalidade e não como instrumento de políticas, tornando este um de seus mais importantes aspectos distintivos. A este respeito, coincidimos com Brunner (1988), quando delimita as políticas culturais a um âmbito específico de ação: os circuitos culturais. As dinâmicas de mobilização do simbólico como mediador do político e do social, para além do seu caráter meramente estético, são, porém, aspectos indissociáveis das políticas culturais. Reivindicamos, portanto, que dimensão antropológica deva ser considerada como dimensão constitutiva do circuito organizado da cultura, cabendo às políticas culturais não apenas

oferecer serviços especializados, mas assumir-se enquanto instrumento de transformação social, promoção da diversidade e da cidadania. Com esta ressalva acreditamos superar a armadilha de conceber as políticas culturais como metapolíticas, sem adotar uma visão formalista da intervenção cultural.

Por fim, com o intuito de propor uma síntese das reflexões suscitadas, demarcamos como aspectos constitutivos das políticas culturais: a mobilização do simbólico por meio de quaisquer circuitos organizados da cultura; a pluralidade de atores e campos de enunciação a partir dos quais se desenha, discute e implementa as políticas; a existência de intervenções conjuntas, intencionais, sistemáticas e qualificadas; a compreensão da cultura como direito e a promoção de articulações entre cultura e desenvolvimento, contemplando, não apenas aquela como dimensão constitutiva deste, mas a necessidade de iniciativas que incidam no desenvolvimento do campo simbólico de forma mais ampla.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. Introdução: o cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. (Org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latinoamericanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 15-57.
- BAL, Mieke. *Conceptos viajeros en las humanidades: una guía de viaje*. Tradução de Yaiza Hernández Velázquez. Murcia: CENDEAC, 2009.
- BARBALHO, Alexandre. Política cultural. In: RUBIM, Linda (Org.). *Organização e produção da cultura*. Salvador: EDUFBA, 2005. p. 33-52.
- BAYARDO GARCÍA, Rubens. Políticas culturales: derroteros y perspectivas contemporáneas. *RIPS: Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas*, Santiago de Compostela, v. 7, n. 1, p. 17-29, 2008.
- BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, abr./jun. 2001.

BOUZADAS FERNÁNDEZ, Xan M. Financia acerca del origen y genesis de las políticas culturales occidentales: Arqueologías y derivas. *O Público e o Privado*, Fortaleza, n. 9, p. 111-147, jan./jun., 2007.

BRUNNER, José Joaquín. *Un espejo trizado: ensayos sobre cultura y políticas culturales*. Santiago de Chile: FLACSO, 1988.

BRUNNER, José Joaquín. Políticas culturales y democracia: hacia una teoría de las oportunidades. In: GARCIA CANCLINI, Néstor (Org.). *Políticas Culturales en América Latina*. Buenos Aires: Grijalbo, 1987. p. 13-59.

CALABRE, L. História das políticas culturais na América Latina: um estudo comparativo de Brasil, Argentina, México e Colômbia. *Revista Escritos*, Rio de Janeiro, Ano 7, n. 7, p. 323-345, 2013.

COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

DAGNINO, Evelina. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES/Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.

ELIAS, Antonio (Comp.). *Los gobiernos progresistas en debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

GARCIA CANCLINI, Néstor (Org.). *Políticas Culturales en América Latina*. Buenos Aires: Grijalbo, 1987.

GARCIA CANCLINI, Néstor. Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano. In: GARCIA CANCLINI, Néstor (Org.). *Políticas Culturales en América Latina*. Buenos Aires: Grijalbo, 1987. p. 13-59.

GARCIA CANCLINI, Néstor. Definiciones en transición. In: MATO, Daniel (Org.). *Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 57-67.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRIMSON, Alejandro; SEMÁN Pablo. Presentación: La cuestión cultural. *Etnografías contemporáneas*, Bogotá, año 1, n. 1, p. 11-22, abr. 2005.

- GRIMSON, Alejandro; CAGGIANO, Sergio. Respuestas a un Cuestionario: posiciones y situaciones. In: RICHARD, Nelly (Ed.). *En torno a los estudios culturales: localidades, trayectorias y disputas*. Santiago: Editorial Arcis: Clacso, 2010. p. 17-30.
- LOGIÓDICE, Maria Julia. Políticas Culturales, la conformación de un campo disciplinar. Sentidos y prácticas en las opciones políticas. *Documentos aportes administración pública y gestión Estatal*, Santa Fe, n. 18, p. 59-87, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-37272012000100003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 23 jun. 2016.
- MACCIONI, Laura. Valoración de la democracia y resignificación de 'política' y 'cultura': Sobre las políticas culturales como metapolíticas. In: MATO, Daniel (Coord.) *Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder*. Caracas: CLACSO, 2002. p. 189-200.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. Notas para hacer memoria de la investigación cultural em Latinoamérica. In: RICHARD, Nelly (Ed.). *En Torno a los Estudios Culturales: localidades, trayectorias y disputas*. Santiago: Editorial Arcis: Clacso, 2010. p. 133-141.
- MILLER, Toby, YÚDICE, George. *Política Cultural*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2004.
- OCHOA GAUTIER, Ana María. *Entre los deseos y los derechos: un ensayo crítico sobre políticas culturales*. Bogotá: INCAH, 2003.
- PITOMBO, Mariella. Entre o universal & o heterogêneo: uma leitura do conceito de cultura na Unesco. In: NUSSBAUMER, Gisele (Org.). *Teorias & políticas de cultura*. Salvador: CULT: EDUFBA, 2007. p. 115-138.
- RUBIM, Albino. Panorama das políticas culturais no mundo. In: RUBIM, Albino; ROCHA, Renata (Org.). *Políticas culturais*. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 13-27.
- RUBIM, Albino. Políticas culturais entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER, Gisele (Org.). *Teorias & políticas de cultura*. Salvador: CULT: EDUFBA, 2007. p. 139-158.
- SARLO, Beatriz. Políticas culturales: democracia e innovación. *Punto de Vista*, Buenos Aires, n. 32, p. 8-14, 1988.
- UNESCO. *Cultural policy: a preliminary study*. Paris: UNESCO, 1969.

UNESCO. Declaración de México sobre las Políticas Culturales.
In: CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE POLÍTICAS CULTURAIS.
Mondiacult. Cidade do México: UNESCO, 1982.

WILLIAMS, Raymond. *Política do Modernismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.